

A roda e as manifestações culturais populares: encontro na diferença e possibilidade de transformação

Mara Rita Oriolo de Almeida *

Resumo: Este trabalho discute o significado da roda nas manifestações culturais populares, como possibilidade de transmissão de saberes, encontro de gerações e culturas, rememoração da história de comunidades e grupos culturais. Essas manifestações sofreram no Brasil processos de desmemorização e reificação, tornando-se mercadorias e, seus participantes, meros consumidores. Assim, a experiência em roda contribui para o diálogo, a reflexão e a consciência coletiva, permitindo que os sujeitos retomem seu papel de protagonistas e busquem a transformação social. Neste sentido, a roda, dialética e circular, pressupõe celebração e ritualidade, proporcionando a igualdade e o encontro na diferença pela transmissão da memória, da oralidade, constrói-se a consciência histórica.

Palavras-chave: roda, diálogo e cultura popular

Résumé: Cet article discute la signification de la roue dans les manifestations culturelles populaires, comme une possibilité de transmission des connaissances, une rencontre inter-génération et inter-cultures, et de remémoration de l'histoire des communautés et groupes culturels. Ces manifestations souffrirent des processus de démemorisation et réification au Brésil et elles sont en train de devenir des marchandises au même temps que ses participants ne deviennent que des consommateurs. De plus, l'expérience en roue peut contribuer à la pratique du dialogue, de la réflexion et à la conscience collective, en permettant que les sujets reprennent dans leurs mains le rôle de protagonistes, ce qui mène à la transformation sociale. Dans ce sens-là, la roue, dialectique et circulaire, présuppose la célébration et la ritualisation, en proporcionant l'égalité et le contact avec l'autrui et ses différences avec la transmission de la mémoire, de l'oralité et de la conscience historique construite.

Mots clés: roue, dialogue, culture populaire.

O Brasil é um país constituído de uma imensa diversidade cultural formada a partir do processo histórico e social de sua construção. Falar em cultura no Brasil é falar em pluralidade étnica, identidades culturais e relações entre grupos sociais num processo de colonização e mestiçagem. Em relação às manifestações culturais populares brasileiras, é preciso falar em grupos sociais muitas vezes em processos de exclusão.

Segundo Alfredo Bosi, a cultura popular está em manifestações grupais que obedecem a uma série de regras, ou seja, são institucionalizadas, mas não estão na rede do poder econômico e nem na força ideológica da universidade e das empresas de comunicação. Para

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora do Centro de Memória da UNICAMP.

ele essas manifestações são microinstituições que estão distantes da cultura oficial apesar de seus membros estarem expostos à cultura escolar e aos meios de comunicação de massa. Para BOSI (2006, p. 336),

Historicamente, não podemos esquecer que as camadas pobres da população brasileira (índios, caboclos, negros escravos, e depois forros, mestiços suburbanos, subproletários, em geral) foram colonizadas pela cultura rústica ou, eventualmente, urbana dos portugueses, e pelo catolicismo ritualizado dos jesuítas; e agora, já em plena mestiçagem e em plena sociedade de classes capitalistas, estão sendo recolonizadas pelo Estado, pela Escola Primária, pelo Exército, pela indústria cultural e por todas as agências de aculturação que saem do centro e atingem a periferia.

A construção cultural brasileira esteve ligada ao processo de industrialização e economia voltada para o exterior. Os fundamentos da sociedade nacional se estruturaram num estatismo, cooptação e subordinação. A estrutura social é excludente e só favorece as elites, expandindo as desigualdades e as injustiças sociais.

A cultura brasileira se gestou em meio a um povo pobre e dominado, com populações de diversas origens e linguagens onde o arcaico e o modernizador transitaram na formação do país. No entanto, segundo CHAUI (1996, p. 40):

[...] não se trata da distinção, bastante conhecida, entre cultura feita pelo povo e cultura feita para o povo, baseada nas exigências do mercado da indústria cultural.[...]. Mas da diferença entre uma manifestação cultural na qual os participantes se exprimem e se reconhecem mutuamente em sua humanidade e em suas condições sociais, marcando a distância e a proximidade com outras manifestações culturais, a apropriação ou a oposição a outras expressões culturais, de um lado, e, de outro, uma estrutura cultural na qual os indivíduos são convidados a participar sob pena de exclusão e invalidação sociais ou de destituição cultural.

De qualquer forma, sempre esteve presente o elitismo como componente inarredável do processo ideológico, as idéias de evolução, progresso e civilização em contraposição aos valores de democracia social e cultural.

A divisão do trabalho e o poder contribuíram para dar força aos valores do colonizador e rebaixar os valores do colonizado. O colonizador não tolerou a constituição do diferente e de forma alegórica buscou a subordinação dos colonizados. Neste sentido, as manifestações culturais populares sempre foram estigmatizadas como uma cultura menor, inferior e marginalizada e sofreram processos de desmemorização e reificação, tornando-se mercadorias e, seus participantes, meros consumidores. Para BOSI a cultura popular sempre foi

estigmatizada como primitivismo, atraso, subdesenvolvimento, uma visão romântico-nacionalista ou romântico-regionalista ou romântico-populista que recusa a vinculação do folclore à cultura de massa ou cultura erudita; visão elitista, ideológica e preconceituosa como se a cultura popular fosse algo estagnado e fora de qualquer processo de transformação.

Originadas predominantemente nas camadas populares vem sofrendo constantes processos de exclusão e o sentido de coletividade, mas BOSI (2006, p. 47) coloca que:

... onde há povo, quer dizer, onde há vida popular razoavelmente articulada e estável, haverá sempre uma cultura tradicional, tanto material quanto simbólica, com um mínimo de espontaneidade, coerência e sentimento, se não consciência, da sua identidade. Essa cultura, basicamente oral, absorve, a seu modo e nos seus limites, noções e valores de outras faixas da sociedade, que por meio da escola, da propaganda, das múltiplas agências da indústria cultural; mas, assim fazendo, não se destrói definitivamente, como temem os saudosistas e almejam os modernizadores: apenas deixa que algumas coisas e alguns símbolos mudem de aparência.

Neste sentido percebe-se nas manifestações culturais populares, processos de resistência, re-significação e re-apropriação para a sobrevivência frente à mercantilização da cultura e das relações sociais.

As manifestações culturais populares como o samba de roda, o côco, o jongo, a capoeira, o samba de umbigada, de batuque, dentre tantas outras, nasceram das influências africanas e indígenas e seus ritos transitam entre o sagrado e o profano, pois estão muitas vezes ligadas às manifestações religiosas como o candomblé, a umbanda. Essas manifestações não se restringem apenas à musicalidade, mas a uma gama de expressões que constituem suas práticas cotidianas como a dança, a comida, a oralidade, a ritualidade, que permite uma vida em comunidade. Segundo HELLER (1970, p. 71),

A comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, disposta de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se ‘estar lançado’ nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido.

Neste sentido, a relação entre cultura e comunidade, se dá nestes grupos através do princípio da igualdade e da relação de pertencimento. Segundo SIMSON (2007, p. 261), “(...), o indivíduo, ao mesmo tempo que se percebe pertencente a um determinado espaço (urbano ou social), também compreende que, ao pertencer, ele se torna importante, relevante e válido naquele espaço”. Ou seja, o indivíduo ao se sentir pertencente consegue elaborar sua identificação seja com o bairro onde mora, a família, os vizinhos ou a cultura local. Através

deste sentimento de pertencimento é que se pode construir a noção de cidadania, enquanto conscientização e transformação social.

Grande parte dessas manifestações possui em suas práticas e vivências, a forma circular como identidade e pressuposto de realização. A circularidade é a forma de transmissão dos saberes e conhecimentos, o encontro de gerações e culturas, a rememoração da história de comunidades e grupos culturais. O símbolo da roda aparece nestas manifestações e é sua forma de celebração e de ritualidade, tendo a temporalidade como uma lembrança do passado e a repetição do presente para a construção de novas perspectivas para o futuro.

Essas manifestações se reúnem para suas celebrações em espaços alternativos no interior de suas comunidades como o quintal de uma casa, uma praça, um salão comunitário. Estabelecer o formato da roda como a forma desta reunião, deste encontro, é possibilitar o estabelecimento do olhar, do vínculo, do pertencimento, do reconhecimento através do outro. Segundo BRANDÃO (1989, p. 17), “(...) a festa quer lembrar. Ela quer ser a memória do que os homens teimam em esquecer - e não devem- fora dela”.

Neste sentido, a roda pode ser um espaço para a convivência de forma que todos sejam cidadãos efetivamente e não sejam calados pela hierarquização, burocratização e exclusão. O símbolo da roda é um círculo, sem ponta, sem primeiro e último lugar; todos olham para o centro, se vêem, estabelecem contato, estranhamento, alteridade, equidade, sentimento de pertencimento. A roda é o momento de desenvolvimento da reflexão e da conscientização, em que as individualidades se reconhecem. É o espaço da expressão coletiva, da construção de regras de convivência, tomada de decisões e encaminhamentos para suas lutas.

É esta vivência e expressão em circularidade que permite que estas manifestações estejam em movimento, em constante mudança, em celebração e ritualidade, mas sem perder sua história e memória uma vez que o centro é o que une, interliga as gerações e as visões de mundo do grupo. Circularidade essa que também proporciona a possibilidade da vida em comunidade.

A comunidade é um fator essencial para que as tradições presentes no universo da cultura popular sejam vividas e revividas, resistindo aos processos de alienação e reificação, estabelecendo a proximidade e a relação inter-geracional através de processos educativos não-formais que as manifestações acabam tomando como possibilidade nas relações de ensino-aprendizagem.

A roda é o arquétipo da igualdade, princípio também buscado nas comunidades. No entanto, como proporcionar a igualdade num universo de diferenças? Segundo GUSMÃO (2003, p.94),

Nem a igualdade absoluta, nem a diferença relativa são efetivamente adequadas para compreender e solucionar o problema da diversidade social e cultural. Nisso residem o paradoxo e o desafio de nossas práticas e propostas educativas. Nelas o que está em jogo, mais que as diferenças e a imensa diversidade que nos informa, é a alteridade - espaço permanente de enfrentamento, tensão e complementaridade. Nessa medida, a escola, mais que um espaço de socialização, torna-se um espaço de sociabilidades, ou seja, um espaço de encontros e desencontros, de buscas e de perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida. A escola por essa perspectiva é, antes de mais nada, um espaço sociocultural.

As manifestações culturais populares também podem ser consideradas como um processo educacional, diferente do espaço escolar, estando no universo da educação não-formal. Dessa forma, sua realização em roda possibilita a cultura do diálogo na diferença, para a transformação de um mundo que não seja mais desigual. É no fazer destas manifestações que acontece a sociabilidade, as lutas e acordos das comunidades e, a reconstrução de suas raízes. Ao buscar suas raízes, re-significá-las, re-transformá-las tem a oralidade como meio importante de transmissão e o exercício da memória compartilhada, enquanto patrimônio de saberes e conhecimentos.

PORTELLI (1997, p. 23), traz uma discussão muito interessante sobre o papel da igualdade e da diferença no campo da diversidade:

Somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.

As manifestações culturais populares hoje apresentam um contexto diferente; a questão familiar e hereditária, dos valores que eram passados de pai para filho, na atual conjuntura e por conta da mercantilização, foi re-significada e reconstruída. Muitas vezes as práticas de determinada manifestação são retransmitidas através de processos não só familiares, mas entre vizinhos, amigos, interessados que abrangem a comunidade. Para GUSMÃO (2002, p. 386)

Compreende-se que, por pressupor as relações entre homens, a cultura seja também comunicação e, neste sentido, envolva símbolos, códigos e significados que permitem a comunicação entre eles e com outros grupos, antes de mais nada, porque permitem interpretar a realidade atribuindo-lhe sentido. Portanto, a cultura

não é somente traços, elementos culturais, mas um todo complexo que exige compreender como é construído, pensado e vivido por sujeitos particulares.

Neste sentido, as manifestações culturais populares ao vivenciarem suas práticas, crenças, símbolos, possibilitam a reunião de pessoas, visões de mundo, de valores, na busca de compartilhar saberes, experiências e utopias para o bem comum. Conforme GUSMÃO (2008, p. 14), “a cultura como universo simbólico será, então, da maior importância na compreensão da realidade social humana”. No caso das manifestações culturais populares, sua existência reflete a existência das comunidades, portanto de grupos sociais formados nas diferenças de gênero, etnias, crenças. Participar de determinada manifestação é ser pertencente a algo que faz sentido à existência e à convivência. Para GOHN (2005, p. 98),

A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração a outra. A educação de um povo consiste no processo de absorção, re-elaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação.

A existência das manifestações culturais populares num país como Brasil com processos complexos de pauperização, desigualdade e exclusão sociais mas cujos participantes, mesmo assim, partilham saberes, conhecimentos, crenças, momentos de alegria, esperanças, sonhos, através da música, da dança, da brincadeira, é o patrimônio maior desta nação. É a existência dessas manifestações que permite que esses sujeitos reunidos através da roda de celebração, ritualidade e oralidade, se percebam como protagonistas do seu universo, de sua realidade, capazes de construir sua própria história, a história do seu grupo, de sua comunidade, para mover o mundo e transformá-lo. Conforme coloca HELLER, (1970, p. 85),

Como já dissemos, a sociedade não pode em sua totalidade tornar-se uma comunidade. Mas depende da totalidade da sociedade – inclusive de sua estrutura econômica – a medida em que é possível a configuração de comunidades de conteúdo axiológico positivo e o tipo de indivíduos aos quais se torna acessível essa possibilidade, ou seja, se apenas aos indivíduos representativos ou se, pelo menos em princípio, a todo membro da sociedade. Quando falamos de perspectiva socialista, hipostasiamos uma sociedade cuja estrutura oferece a todos a possibilidade de princípio, uma sociedade construída com comunidades organizadas por indivíduos e produtora de valores positivos. E, se alguém nos perguntar o que é preciso fazer hic et nunc, responderemos: é preciso organizar e assumir comunidades cujo objetivo seja o encaminhamento ou a aceleração do processo social que possibilita o nascimento dessa sociedade.

Uma sociedade que dialogue, que respeite as diferenças culturais, mas não aceite as desigualdades sociais. Uma sociedade que seja uma grande roda, composta por uma imensa diversidade que tenha o centro como possibilidade de encontro, alteridade e de vida com igualdade na diferença.

Referências Bibliográficas:

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**, 4ª ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua**. Campinas: Papyrus, 1989.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

FERNANDES JR, Rubens. **Labirinto e identidades: panorama da fotografia no Brasil [1946/98]**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

GOHN, M. da Glória. **Educação não-formal e cultura política**, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes. **Antropologia e educação: origens de um diálogo**. In: GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.). **Antropologia e educação: interfaces do ensino e da pesquisa**. CADERNOS CEDES nº 43, ano XVIII. Campinas: CEDES/UNICAMP, 1997. Pp. 8 -25

_____. **Parte II - Diversidade e Educação Escolar**. In: GUSMÃO, Neusa Ma Mendes de (org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Editora Biruta, 2003. Pp.83-100.

_____. **A noção de cultura e seus desafios**. In: I Congresso Brasileiro de Etnomatemática, 2002, São Paulo. **Anais do I Congresso Brasileiro de Etnomatemática**, 2001.

_____. **Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade**. Revista Pro-posições, nº 3 (57), v.19, set/dez 2008.

PORTELLI, Alessandro. **Formas e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade**. In: Projeto História nº 14. São Paulo: PUC, 1997, p. 7-24.

_____. **O que faz a história oral diferente**. In: Projeto História nº 14. São Paulo, PUC, 1997, p. 25-39.

_____. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral**. In: Projeto História nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.

HELLER, A. **Indivíduo e Comunidade: uma contraposição real ou aparente?** IN: O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970, p. 65-85.

PARK, Margareth B. e FERNANDES, Renata Sieiro (orgs). **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos.** Campinas: Unicamp/CMU; Holambra: Setembro, 2005, 448p.

SIMSON, Olga R. de M. von; PARK, Margareth B. e FERNANDES, Renata Sieiro (orgs). **Educação não-formal: cenários de criação.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SIMSON, Olga R. de Moraes von. **Folguedo Carnavalesco, Memória e Identidade Sócio Cultural.** In: Resgate n.3 — Revista de Cultura – Campinas: CMU/UNICAMP & Papyrus, 1991.

_____. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento.** Revista Acadêmica, v. 1, n. 6, p. 14-18, 2003.

_____. **Os Desafios Contemporâneos da História Oral.** 1. ed. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

_____. **Sentimento de pertencimento,** IN: PARK, M. B., FERNANDES, R. S. & CARNICEL, A. (orgs.). Palavras-chave em educação não-formal. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.